

# **Políticas Públicas e Gestão de Cultura em Campos dos Goytacazes**

Autores: Prof<sup>a</sup>. Ms. Elisabeth Soares da Rocha<sup>1</sup>  
Prof. André Luís Almeida Peixoto<sup>2</sup>

Grupo Temático: Planejamento e Políticas Públicas

XIV Seminário de Integração – 2015: Pensando a Região – tensões e possibilidades.

Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – UCAM Campos.

## **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise sobre as políticas públicas de cultura no município de Campos dos Goytacazes, considerando o grande potencial econômico do município advindo dos *royalties* e participações especiais. Dividido em três partes correlacionadas entre si, partimos primeiramente de um breve histórico sobre o conceito de políticas públicas, seguido de uma pesquisa sobre a gestão de cultura no município no período de 2010 a 2015. Como metodologia para obtenção de dados reais sobre a cultura do município no período estudado, foi feito um levantamento de toda oferta de cultura realizada pela gestão pública nos anos 2010/2011 e 2014/2015. Por meio de uma análise comparativa dos resultados obtidos nos períodos, buscamos compreender o modelo de políticas públicas que envolvem a cultura no município e os efeitos de tais políticas na sociedade.

**Palavras-chaves: Políticas Públicas; Gestão de Cultura; Campos dos Goytacazes.**

---

<sup>1</sup>Doutoranda em Educação – UFF; Mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – UCAM; Prof<sup>a</sup> de Artes do Instituto Federal Fluminense – IFF (bethrocha12@gmail.com)

<sup>2</sup>Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades – UCAM Campos; Graduado em Arquitetura e Urbanismo – ISECENSA; Prof do Instituto Federal Fluminense - IFF (andrepeixoto@arqlux.com.br)

## 1 – Políticas Públicas

Ao se reportar à política pública como área de conhecimento e disciplina acadêmica, encontra-se sua gênese nos EUA, num processo de rompimento com as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam na análise muito mais sobre o Estado e suas instituições, do que na produção de governos:

O pressuposto analítico que regeu a constituição e a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes. A trajetória da disciplina, que nasce como subárea da ciência política, abre o terceiro grande caminho trilhado pela ciência política norte-americana no que se refere ao estudo do mundo público. O primeiro, seguindo a tradição de Madison, cético da natureza humana, focalizava o estudo das instituições, consideradas fundamentais para limitar a tirania e as paixões inerentes à natureza humana. O segundo caminho seguiu a tradição de Paine e Tocqueville, que viam, nas organizações locais, a virtude cívica para promover o “bom” governo. O terceiro caminho foi o das políticas públicas como um ramo da ciência política para entender como e por que os governos optam por determinadas ações. (SOUZA, 2006, p.22)

Segundo as considerações de Souza (2006), deve-se o aprimoramento do conceito de políticas públicas a Laswell, a Simon, a Lindblom e a Easton.

O primeiro, quando introduz a expressão *policyanalysis* (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

O segundo trabalhou o conceito de racionalidade limitada dos *decisores públicos (policymakers)*, que se poderia traduzir como gestor político, ou aquele que tem o poder de decisão sobre as ações políticas de cada setor, e mostra que a limitação da racionalidade poderia ser minimizada pelo conhecimento racional. Considera ainda que a irracionalidade dos gestores públicos é sempre limitada por problemas tais como: informação incompleta ou imperfeita; tempo para a tomada de decisão; *auto-interesse* dos gestores. Porém tais ações podem ser maximizadas até um ponto satisfatório pela criação de estruturas (conjunto de regras, instituições e recursos) que enquadrem o comportamento dos atores e modelem esse comportamento na direção de resultados desejados, impedindo, inclusive, a busca de maximização de interesses próprios.

Já o terceiro, Lindblom, questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon propondo a incorporação de outras variáveis à formulação e à análise de

políticas públicas, tais como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório, o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Considera-se assim, que as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos à sua formulação e à sua análise, além das questões de racionalidade, tais como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

E por último Easton, que contribuiu para a área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente, onde políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos. (SOUZA, 2006).

Resumidamente, a política pode ser expressa em três linhas: quem pensa (*PolicyThinks*), quem faz (*PolicyMaker*) e quem recebe (*PolicyTaker*).

Política pública, portanto, pode ser definida como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas, como um conjunto de ações de Estado, e não apenas de governo, que irão produzir efeitos específicos, sendo a soma das ações – por meio de atividades específicas - que agem diretamente ou através de delegação e que influenciam a vida dos cidadãos. Porém a Política Pública pressupõe, ainda, a participação da sociedade civil na esfera de decisão e formulação das políticas e não apenas na implementação e execução (DAGNINO, 2005).

Ao nos determos no estudo de políticas públicas de cultura é necessário ressaltar que uma política cultural na efetivação ideológica que permeia suas ações, traz embutida uma concepção de cultura. Esclarecer o conceito de cultura imanente à política cultural deverá ser um procedimento analítico vigoroso afim de que a amplitude do conceito de cultura utilizado não apenas venha a delinear a extensão dos objetos das políticas culturais, mas comportar as questões a serem enfrentadas por tais políticas (RUBIM, 2007)

Dessa forma, não se encontrará uma política pública de cultura que se isente do conceito de cultura de onde partem suas ações políticas. Considerando ainda que política pública implica “colocar o governo em ação”, entende-se que tais políticas traduzem os propósitos e plataformas eleitorais de governos democráticos em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

## **2- Políticas públicas na gestão de cultura**

É importante ressaltar que políticas públicas, no que se refere à gestão em cultura, perpassa, segundo Canclini (2005), por dois eixos: a) gestões culturais tradicionalistas, aquelas que promovem as práticas culturais nacionais e populares autênticas a serem preservadas da industrialização, da massificação urbana e das influências estrangeiras e b) gestões culturais que partem de uma concepção de arte pela arte, sem fronteiras territoriais, confiando na experimentação e na inovação autônoma, com fé no progresso.

Considerando os modelos ideológicos de elaboração dessas políticas, podemos destacar: a) política de dirigismo cultural - podendo ter como tônica principal a cultura popular ou não; b) política de liberalismo cultural - que não defende modelos únicos de representação simbólica nem entende, necessariamente, que é dever do Estado promover a cultura e oferecer opções culturais à população; c) políticas de democratização cultural - baseadas no princípio de que a cultura é uma força social de interesse coletivo que não pode ficar à mercê das disposições ocasionais do mercado, devendo portanto ser apoiada em princípios consensuais.

A visão de política pública de cultura defendida pelo Plano Nacional de Cultura em consonância com esta terceira vertente, comprometia-se em ser um Plano que efetivamente traçasse metas, estratégias, diretrizes, e também execução de políticas que fomentassem o pluralismo e promovessem o acesso à produção e ao usufruto de bens e serviços culturais (PNC, 2009, p.12)<sup>3</sup>.

Um dos papéis dessa proposta para as políticas de cultura no Brasil se refere à abertura do diálogo com a sociedade, numa visão democrática e ampla no entendimento do conceito de cultura. A visão antropológica desse conceito passa a ocupar o lugar central e as diversas modalidades de cultura, a obter o olhar atento e indiscriminado dos promotores de cultura. Numa intensa proposição de construir políticas públicas com base no debate com a sociedade é que surgem os seminários, as câmaras setoriais, as conferências, culminando com a Conferência Nacional de Cultura.

---

<sup>3</sup>Plano Nacional de Cultura – Conceitos, Participação e Expectativas. MINc, Brasília, Abril 2009 p. 12

Nessa perspectiva, passa-se a compreender desenvolvimento a partir da (re)construção de bases culturais locais. As políticas culturais começam a participar dos processos de municipalização, com o objetivo de resgatar, através do fomento, a diversidade cultural, a capacidade de autodeterminação das comunidades, trabalhando essa diversidade a favor do desenvolvimento territorial sustentável, local e regional.

A realização da I Conferência Nacional de Cultura (13 a 16 de dezembro de 2005), a partir da qual o poder público extraiu subsídios para a confecção do Plano Nacional de Cultura, publicado em 2009, foi o momento estratégico de inserir as instâncias federativas, estaduais e municipais num grande debate sobre os rumos das políticas públicas de cultura no Brasil.

No contexto da construção desta Conferência, realizou-se, no período de setembro a dezembro de 2005, cerca de 400 encontros municipais, intermunicipais, estaduais e setoriais, além de uma plenária nacional, com a participação de gestores de 1158 municípios, de 19 estados e do Distrito Federal e uma rede de debates que envolveram cerca de 60 mil participantes. Nessa Conferência foram desenvolvidas as bases das diretrizes gerais que compõem o projeto de lei do Plano Nacional de Cultura (PNC).<sup>4</sup>

O Plano Nacional de Cultura foi apresentado em março de 2006 ao Congresso Nacional, através do projeto de Lei 6837. Debatido no Parlamento desde então, o PNC foi aprovado em 2 de dezembro de 2010, transformado na Lei 12.343/10.

Ainda na expectativa de aprovação do PNC, foi realizada, de 11 a 14 de março de 2010, em Brasília, a II Conferência Nacional de Cultura, que, entre suas principais contribuições, marcou as 32 prioridades das ações de Cultura para o País, entre as quais se destacam os principais eixos: Eixo 1: Produção Simbólica e Diversidade Cultural; Eixo 2: Cultura, Cidade E Cidadania; Eixo 3: Cultura E Desenvolvimento Sustentável; Eixo 4: Cultura E Economia Criativa; Eixo 5: Gestão E Institucionalidade Da Cultura<sup>5</sup>

A estrutura central do PCN engloba conceitos e valores norteadores, divididas por modalidades de ação do Estado e cinco estratégias gerais, entre as quais se

---

<sup>4</sup>A fonte para pesquisa sobre as conferências e o Plano Nacional de Cultura foi o site do MinC: [www.cultura.gov.br/](http://www.cultura.gov.br/)

<sup>5</sup>Fonte: <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/files/2010/03/Propostas-32-finais.pdf>

destacam: a) Fortalecer a ação do Estado no planejamento e na execução das políticas culturais; b) Incentivar, proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira; c) Universalizar o acesso dos brasileiros à fruição e à produção cultural; d) Ampliar a participação da cultura no desenvolvimento socioeconômico sustentável; e) Consolidar os sistemas de participação social na gestão das políticas culturais.

A análise das Políticas Públicas de Cultura no Município de Campos dos Goytacazes, foi norteada pelos cinco pilares em que foram construídos o PNC, considerando que o grande papel das políticas culturais, ao trabalhar a diversidade cultural, encontra-se na (re)construção e na valorização das bases locais. A partir do levantamento da oferta de cultura realizada pela Gestão Pública, no período de 2010 a 2015 no Município de Campos dos Goytacazes, buscaremos compreender o sentido de tais Políticas, sua forma de gestão e seus impactos sociais.

### **3- Oferta de Cultura em Campos dos Goytacazes no período de 2010 a 2015.**

#### **3.1- O MUNICÍPIO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

O Município de Campos dos Goytacazes, situado ao norte do Estado do Rio de Janeiro, possui, segundo o censo 2010, uma população de 463.731, numa área compreendida de 4.027 Km<sup>2</sup>, na mata atlântica<sup>6</sup>.

A formação sócio-espacial deste município data do período colonial brasileiro, cuja ocupação portuguesa se deu em terras dos índios Goitacá, o que explica o seu topônimo atual.

Da sua formação colonial até a década de 1970, a base econômica deste município esteve relacionada à produção canavieira, alternando períodos de grande desenvolvimento com longos períodos de decadência.

Entretanto, a partir dos anos de 1970, a história deste município tem um divisor de águas, a saber, a instalação das bases da Petrobras no município de Macaé, que levou a região Norte Fluminense, na qual Campos se encontra inserido, a um novo sistema produtivo.

Em 1974, a Petrobras elege a cidade de Macaé como base de operações das atividades de prospecção e de produção para o recém-descoberto petróleo da plataforma continental da Bacia de Campos, e inaugura-se um novo ciclo econômico regional, agora baseado direta e indiretamente nos recursos oriundos da exploração petrolífera. (PIQUET. 2003, p.223)

---

<sup>6</sup>Fonte: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=330100#>

A implantação das bases produtivas do petróleo na cidade de Macaé resultou em grande indignação por parte das autoridades e frustração para população de Campos dos Goytacazes.

A partir de 1999, Campos tornou-se juntamente com Macaé, Cabo Frio, Quissamã e Rio das Ostras um dos municípios que mais recebem recursos advindos da exploração de petróleo no Brasil (SERRA, 2007, p.7), o que trouxe um grande diferencial ao orçamento municipal.

Essa mudança substancial no orçamento do município irá representar uma expectativa de desenvolvimento econômico e qualidade de vida dos cidadãos. O município passa a obter a atenção nacional sobre sua forma de administrar tamanho orçamento, na expectativa de políticas públicas que gerem crescimento de fato não só neste município, mas na região na qual se encontra inserido.

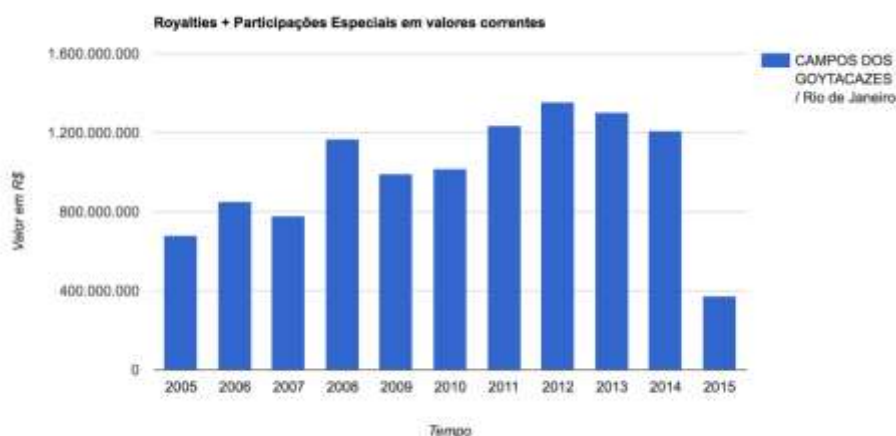
**Tabela 1 – Evolução dos royalties petrolíferos de 2005 a 2015**

Beneficiário / Estado	Ano	Royalties + Participações Especiais	Receita Orçamentária	(Royalties + PE) / Receita Orçamentária
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2005	R\$ 678.425.571,67	R\$ 940.689.607,50	0.721200241037
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2006	R\$ 852.565.850,92	R\$ 1.249.186.089,00	0.68249707423695
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2007	R\$ 780.099.183,21	N/D	N/D
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2008	R\$ 1.168.642.499,45	N/D	N/D
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2009	R\$ 993.167.279,11	R\$ 1.423.568.568,12	0.69766029357363
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2010	R\$ 1.016.021.871,72	R\$ 1.867.225.055,18	0.54413466062989
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2011	R\$ 1.235.611.249,66	R\$ 2.044.461.698,14	0.60436996730441
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2012	R\$ 1.354.233.313,47	R\$ 2.403.732.736,53	0.56338763993578
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2013	R\$ 1.303.272.971,54	N/D	N/D
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2014	R\$ 1.208.366.996,05	N/D	N/D
CAMPOS DOS GOYTACAZES / Rio de Janeiro	2015	R\$ 371.871.222,68	N/D	N/D

Fonte: Inforoyalties

**Gráfico 1 -Evolução dos royalties petrolíferos de 2005 a 2015**

Fonte: Inforoyalties



**Tabela 2 \_ Evolução do orçamento de Campos dos Goytacazes e os investimentos em cultura de 1999 a 2013.**

Ano de Exercício	Orçamento Inicial	Receita Total	Despesas totais empenhadas	Despesas empenhadas com cultura	% Em relação ao total
1999*	R\$ 95.000.000,00	SR	SR	SR	SR
2000	R\$ 144.160.000,00	SR	SR	SR	SR
2001*	R\$ 228.925.100,00	SR	SR	SR	SR
2002*	R\$ 434.257.950,00	SR	SR	SR	SR
2003	R\$ 450.342.466,00	SR	SR	SR	SR
2004	R\$ 600.000.000,00	R\$ 818.195.414,45	R\$ 821.820.405,29	R\$ 11.439.000,00	1,39%
2005	R\$ 802.016.822,07	R\$ 925.509.307,49	SR	SR	SR
2006	R\$ 919.958.351,42	R\$ 1.249.186.088,91	R\$ 1.132.547.053,07	R\$ 15.911.128,94	1,40%
2007	R\$ 1.165.485.395,78	R\$ 1.397.405.495,78	SR	SR	SR
2008*	R\$ 1.452.184.172,00	R\$ 1.130.279.343,56	SR	SR	SR
2009	R\$ 1.545.075.126,00	R\$ 1.423.568.588,12	R\$ 1.239.293.790,26	SR	SR
2010	R\$ 1.413.407.262,50	R\$ 1.867.225.055,18	R\$ 1.876.758.880,03	R\$ 20.607.616,16	1,10%
2011	R\$ 1.876.789.985,59	R\$ 2.110.358.531,91	R\$ 1.952.040.264,34	R\$ 19.625.864,80	1,01%
2012	R\$ 2.195.709.484,87	R\$ 2.403.732.736,53	R\$ 2.200.102.483,99	SR	SR
2013	R\$ 2.410.000.000,00	R\$ 2.532.588.436,87	R\$ 2.297.568.901,99	R\$ 28.574.175,40	1,24%

Fonte: [www.tce.rj.gov.br](http://www.tce.rj.gov.br) (acessado em setembro de 2015). SR Sem Registro.

**Tabela 3 – Despesas do Município de Campos dos Goytacazes no ano de 2010.**

FUNÇÃO	DESPESA EMPENHADA (R\$)	% EM RELAÇÃO AO TOTAL
1.Administração	506.662.403,74	27,00%
2.Saúde	438.344.819,26	23,35%
3.Educação	237.977.547,39	12,67%
4.Urbanismo	230.379.045,53	12,28%
5.Habitação	202.468.544,25	10,79%
6.Gestão Ambiental	64.855.926,96	3,46%
7.Assistência Social	51.755.454,43	2,76%
8.Transporte	34.569.191,01	1,84%
9.Encargos Especiais	26.328.614,88	1,40%
10.Cultura	20.607.616,16	1,10%
11.Saneamento	19.391.756,24	1,03%
12.Legislativo	16.195.629,63	0,86%
13.Judiciária	7.235.909,10	0,39%
14.Agricultura	6.332.079,59	0,34%
15.Desporto e Lazer	4.304.185,77	0,23%
16.Direitos da Cidadania	3.718.104,57	0,20%
17.Indústria	3.165.152,35	0,17%
18.Segurança Pública	1.338.463,75	0,07%
19.Comércio e Serviços	842.279,41	0,04%
20.Previdência Social	285.760,01	0,02%
21.Ciência e Tecnologia	396,00	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.876.758.880,03</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: TCE-RJPROCESSO Nº 206.125-9/11RUBRICA FLS.: 1908



**Tabela 4 – Despesas do Município de Campos dos Goytacazes no ano de 2013.**

<b>CÓDIGO</b>	<b>FUNÇÃO</b>	<b>DESPESA EMPENHADA R\$</b>	<b>% EM RELAÇÃO AO TOTAL</b>
10	Saúde	629.399.492,56	27,40%
4	Administração	618.626.165,00	26,93%
12	Educação	337.540.300,86	14,69%
15	Urbanismo	298.331.254,73	12,98%
16	Habitação	97.569.116,39	4,25%
18	Gestão Ambiental	78.151.326,23	3,40%
8	Assistência Social	58.335.558,02	2,54%
26	Transporte	52.172.654,62	2,27%
13	Cultura	28.574.175,40	1,24%
1	Legislativa	27.490.438,57	1,20%
17	Saneamento	21.498.896,53	0,94%
28	Encargos Especiais	13.797.173,30	0,60%
2	Judiciária	9.761.403,64	0,42%
22	Indústria	6.435.233,26	0,28%
14	Direitos da Cidadania	6.392.979,61	0,28%
27	Desporto e Lazer	6.226.585,14	0,27%
20	Agricultura	4.708.555,61	0,20%
23	Comércio e Serviços	1.392.896,28	0,06%
6	Segurança Pública	1.003.449,06	0,04%
9	Previdência Social	130.837,82	0,01%
25	Energia	30.409,36	0,00%
	<b>TOTAL</b>	<b>2.297.568.901,99</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: TCE-RJPROCESSO Nº 207.880-4/2014RUBRICA FLS.: 1708/09

Como pode ser visto na Tabela 3, o investimento em cultura no ano de 2010, chegou a R\$ 20.607.616,16, perfazendo 1,10% de todo orçamento do município. Já no ano de 2013 o orçamento passou para R\$28.548.127,08, num percentual de 1,24 de todo o orçamento (Tabela 4). Em virtude da prestação de contas da administração financeira do exercício do ano de 2014 não estar disponível, não foi possível comparar os valores referentes a este período. Vale ressaltar, no entanto, que devido à redistribuição de *royalties* e participações especiais, o orçamento de 2015 teve uma queda significativa para 371.871.222,68, como pode ser visto no Gráfico 1. Não podemos ignorar os efeitos que tal evento trouxe para o município como um todo e conseqüentemente para o setor de gestão cultural.

### **3.2 – A Gestão Pública de Cultura em Campos dos Goytacazes**

O município de Campos dos Goytacazes teve o seu setor de cultura, a partir dos anos 90, estruturado, primeiramente, em três Fundações Culturais: a) Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; b) Fundação Trianon e c) Fundação Zumbi dos Palmares. Em março de 2010 foi criada a Secretaria Municipal de Cultura e, a partir de então, a gestão de cultura do município, além das três fundações já mencionadas, passou a contar com mais esse órgão gestor de cultura.

Como órgão gestor, a Secretaria de Cultura é responsável pelas políticas culturais, enquanto as fundações se encarregam da execução dessas políticas.

O município de Campos dos Goytacazes realizou, no período de 22 a 24 de setembro de 2006, a I Conferência Municipal de Cultura. Como resultado dos debates, três eixos principais concentraram as propostas dos participantes da conferência: Gestão Pública, Papel do Conselho Municipal e Empreendedorismo Cultural. Um dos itens elencados na proposta de Gestão Pública requeria a implantação do Conselho Municipal de Cultura.

Em 09 de julho de 2007 por meio da Lei Municipal 7.919, é criado o Conselho Municipal de Cultura, e designados, quais seriam seus representantes, seu funcionamento e atribuições<sup>7</sup>. Porém somente através da Portaria nº 1.840/2008, publicada em 7 de agosto de 2008, nomeia os membros Titulares e Suplentes até 31 de dezembro de 2008.<sup>8</sup>

Num processo de descontinuidade e imobilidade, o Conselho não apresenta participação no ano de 2009, até que são nomeados novos membros pela portaria de 31 de dezembro de 2009, e que tomaram posse em 29 de março de 2010<sup>9</sup>.

Dentro dessa mesma expectativa foi criado o Comitê Gestor do Fundo Municipal de Cultura (FUNCULTURA), que foi empossado em 02 de julho de 2011, e que se encontra em processo de estruturação segundo a declaração de um de seus membros:

Infelizmente, ainda levará algum tempo até que Fundo Municipal de Cultura de Campos entre em funcionamento. Atualmente ele está passando por um processo de organização jurídica. (...) O fundo ainda requer toda uma estruturação para que de fato possa funcionar legalmente, como uma instituição com fins culturais. (PARRILHA, Jornal "Folha da Manhã, 2011)

---

<sup>7</sup> <http://www.campos.rj.gov.br/leis/2007/Lei%20Municipal%207.919%20de%202007.pdf>

<sup>8</sup> <http://comculturacamposrjleis.blogspot.com/2009/02/membros-do-conselho-municipal-de.html>

<sup>9</sup> [http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id\\_noticia=886](http://www.campos.rj.gov.br/exibirNoticia.php?id_noticia=886)

No processo de Gestão de Cultura, o município realizou de 13 a 15 de setembro de 2012 a II Conferência Municipal de Cultura com objetivo de debater o futuro Plano Municipal de Cultura. A III Conferência Municipal de Cultura ocorreu em 20 de julho de 2013, teve como objetivo reunir pensamentos, demandas, propostas e necessidades da população de Campos dos Goytacazes, contribuindo para a realização de um amplo diagnóstico de sua diversidade cultural. A IV Conferência realizada em 26 e 27 de setembro de 2014 cujo objetivo foi debater a composição do Plano Decenal de Cultura no Município.

O que podemos observar na gestão de cultura foi durante o período da realização desse estudo, isto é, de 2010 a 2015 foi a extinção da Secretaria Municipal de Cultura e das Fundações de Cultura, com alegação de contenção de gastos devido à queda no orçamento. Tais modificações visavam “enxugar” a máquina administrativa. O Executivo Municipal passa a contar com dez secretarias; 26 superintendências, para onde foram deslocados os demais secretários<sup>10</sup>.

Dessa forma a gestão municipal para assuntos relacionados a cultura ficam com a Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, representados pelas: Superintendência de Igualdade Racial; Superintendência da Fundação Jornalista Oswaldo Lima; Superintendência da Fundação de Esportes.

Assim, as três Fundações Culturais Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Fundação Trianon e Fundação Zumbi dos Palmares e da Secretaria Municipal de Cultura deixam de existir, concentrando toda a Gestão em Cultura do Município na Superintendência da Fundação Jornalista Oswaldo Lima, a qual se torna o único órgão administrativo para a implementação de toda e qualquer política pública relacionada a cultura no Município.

### **3.3- Oferta de eventos culturais apresentada pela gestão municipal de cultura no período de Fevereiro de 2010 a janeiro de 2011**

A primeira parte deste levantamento foi realizada durante doze meses, compreendidos entre fevereiro de 2010 a janeiro de 2011, no qual foram registrados todos os dados da oferta de cultura disponibilizada à população do município de Campos dos Goytacazes. Na impossibilidade da pesquisa ser feita *in loco*, foram

---

<sup>10</sup>Fonte: [www.campos.rj.gov.br](http://www.campos.rj.gov.br)

utilizadas as informações disponíveis através do site oficial da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes<sup>11</sup>.

O levantamento completo constou de um quantitativo de 619 ocorrências, as quais foram selecionadas considerando suas especificidades e classificação entre as diversas expressões culturais. (ROCHA, 2011)

Partindo desse pressuposto para obter a característica das políticas públicas existentes no município, foi realizada uma primeira classificação, dividindo esses eventos pela natureza de sua ação, como pode ser visto a seguir:

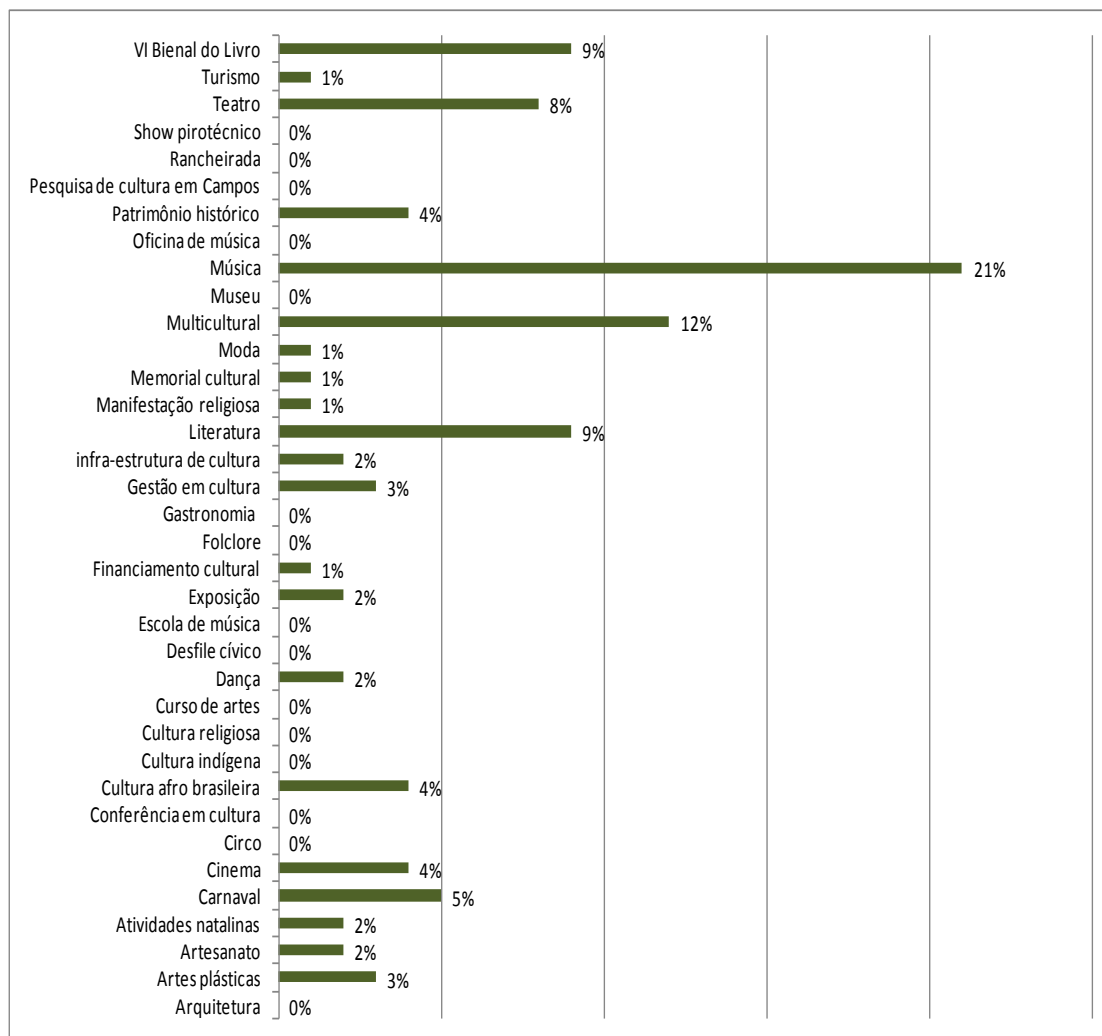
**Quadro 4: Classificação e quantitativo dos eventos culturais ofertados pela prefeitura de Campos dos Goytacazes no período de fevereiro de 2010 a janeiro de 2011**

Área	nº de eventos promovidos	Porcentagem
Arquitetura	1	0%
Artes plásticas	18	3%
Artesanato	14	2%
Atividades natalinas	10	2%
Carnaval	34	5%
Cinema	25	4%
Circo	2	0%
Conferência em cultura	2	0%
Cultura afro brasileira	26	4%
Cultura indígena	1	0%
Cultura religiosa	3	0%
Curso de artes	1	0%
Dança	10	2%
Desfile cívico	1	0%
Escola de musica	3	0%
Exposição	12	2%
Financiamento cultural	4	1%
Folclore	1	0%
Gastronomia	2	0%
Gestão em cultura	18	3%
infraestrutura de cultura	11	2%
Literatura	55	9%
Manifestação religiosa	8	1%
Memorial cultural	4	1%
Moda	4	1%
Multicultural	77	12%
Museu	1	0%
Música	128	21%
Oficina de musica	1	0%
Patrimônio histórico	27	4%
Pesquisa de cultura	1	0%
Rancheirada	2	0%
Show pirotécnico	1	0%
Teatro	47	8%
Turismo	8	1%
VI Bienal do Livro	56	9%
<b>Total</b>	<b>619</b>	<b>100%</b>

Fonte: ROCHA, 2011. A partir de [www.campos.rj.gov.br/](http://www.campos.rj.gov.br/)

<sup>11</sup><http://www.campos.rj.gov.br>

**Tabela 4: Percentual da oferta de cultura realizada pelo Município de Campos dos Goytacazes no período de fevereiro de 2010 a janeiro de 2011, por classificação nas diversas áreas culturais:**



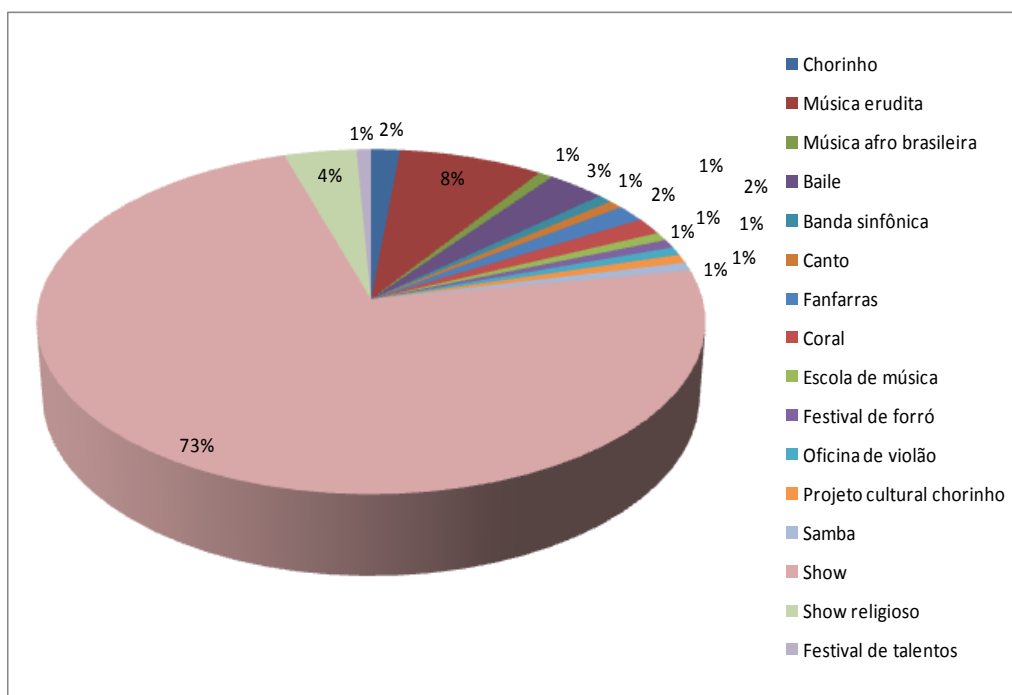
Fonte: ROCHA, 2011.

Ao analisar os dados da Tabela acima, através do percentual indicado nas diferentes categorias de oferta de cultura, destacam-se os itens que apresentam um percentual acima de 5% de ocorrência. Dentre eles temos: carnaval com 5%, teatro com 8%, literatura com 9%, VI Bienal do Livro com 9%, Multicultural com 12% e música com 21%.

Diante desses percentuais, visualizam-se as atividades que foram foco da oferta de cultura no município de Campos dos Goytacazes, no período de 12 meses. Vale ressaltar que o período de levantamento de dados correspondeu a realização da VI Bienal do livro o que trouxe uma dinâmica de atividades culturais que não se

realizam com periodicidade e é que a bienal representa uma atividade pontual, realizada a cada dois anos.

**Gráfico 6: Percentual das atividades musicais por especificidade de estilos com desdobramento do item música apresentado na Tabela 4**



Fonte: ROCHA, 2011

### **3.4- Oferta de eventos culturais apresentada pela gestão municipal de cultura no período de Fevereiro de 2014 a janeiro de 2015**

Como pode ser observado no Quadro 5 e no Gráfico 7a oferta de cultura realizada pela Gestão Pública do Município no período 2014/2015 demonstra que o maior percentual continua sendo na categoria shows com carnaval à 34%, seguido de atividades de música com 25%. O levantamento completo constou de um quantitativo de 151 ocorrências, as quais foram selecionadas considerando suas especificidades e classificação entre as diversas expressões culturais.

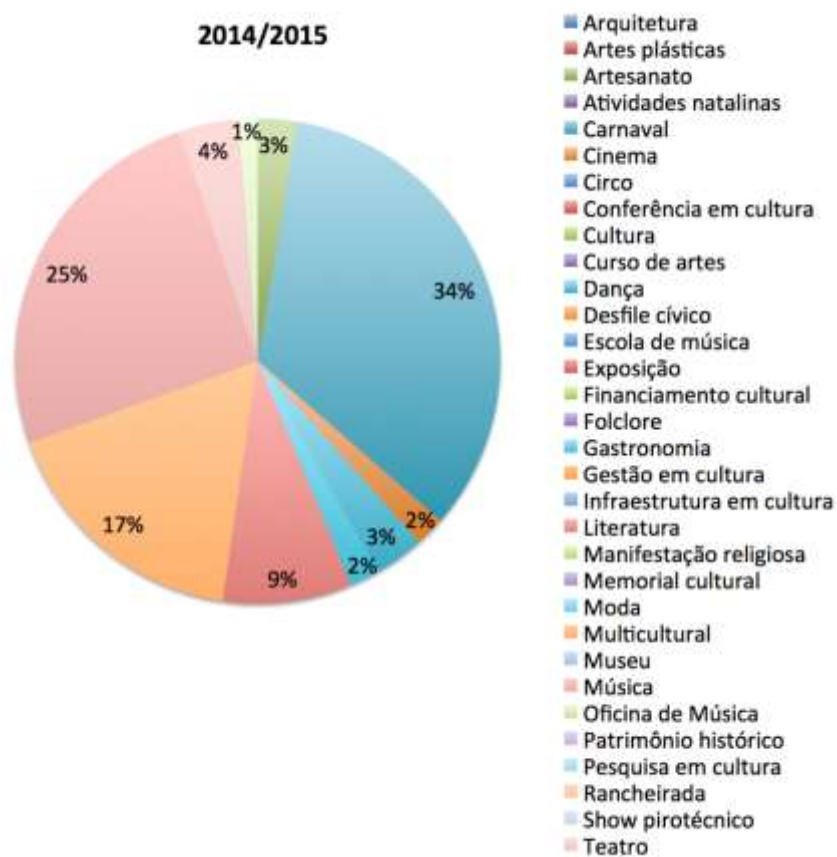
**Quadro 5: Classificação e quantitativo dos eventos culturais ofertados pela prefeitura de Campos dos Goytacazes no período de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015.**

Área	nº de eventos promovidos	%
Arquitetura	0	0%
Artes plásticas	0	0%
Artesanato	4	3%
Atividades natalinas	0	0%
Carnaval	51	34%
Cinema	3	2%
Circo	0	0%
Conferência em cultura	0	0%
Cultura	0	0%
Curso de artes	0	0%
Dança	5	3%
Desfile cívico	0	0%
Escola de música	0	0%
Exposição	0	0%
Financiamento cultural	0	0%
Folclore	0	0%
Gastronomia	3	2%
Gestão em cultura	0	0%
Infraestrutura em cultura	0	0%
Literatura	13	9%
Manifestação religiosa	0	0%
Memorial cultural	0	0%
Moda	0	0%
Multicultural	26	17%
Museu	0	0%
Música	38	25%
Oficina de Música	0	0%
Patrimônio histórico	0	0%
Pesquisa em cultura	0	0%
Rancheirada	0	0%
Show pirotécnico	0	0%
Teatro	6	4%
Turismo	2	1%
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>100%</b>

Fonte: Elaborado pelo autor. (PEIXOTO, A. L. A. 2015)<sup>12</sup>

<sup>12</sup> Elaborado pelo Prof. André Luís Almeida Peixoto com os dados do site [www.campos.rj.gov.br](http://www.campos.rj.gov.br)

**Gráfico 7: Classificação e quantitativo dos eventos culturais ofertados pela prefeitura de Campos dos Goytacazes no período de fevereiro de 2014 a janeiro de 2015.**

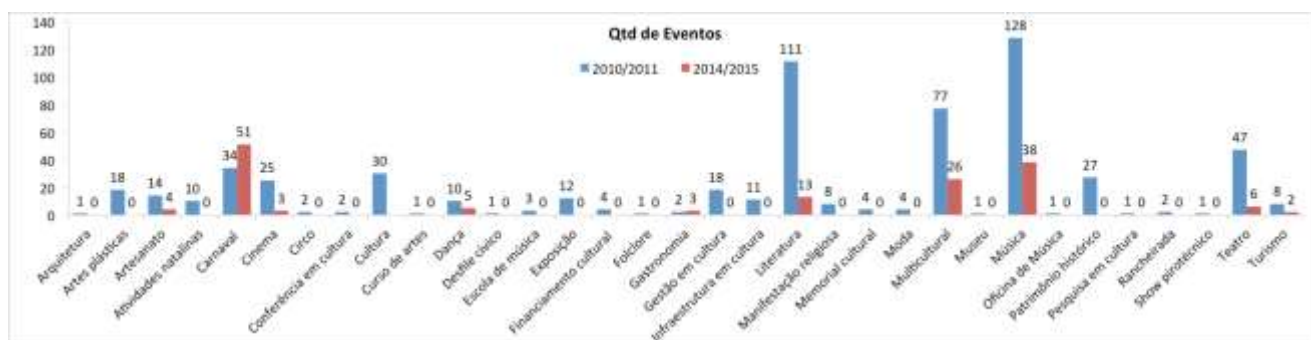


Fonte: Elaborado pelo autor. (PEIXOTO, A. L. A. 2015).



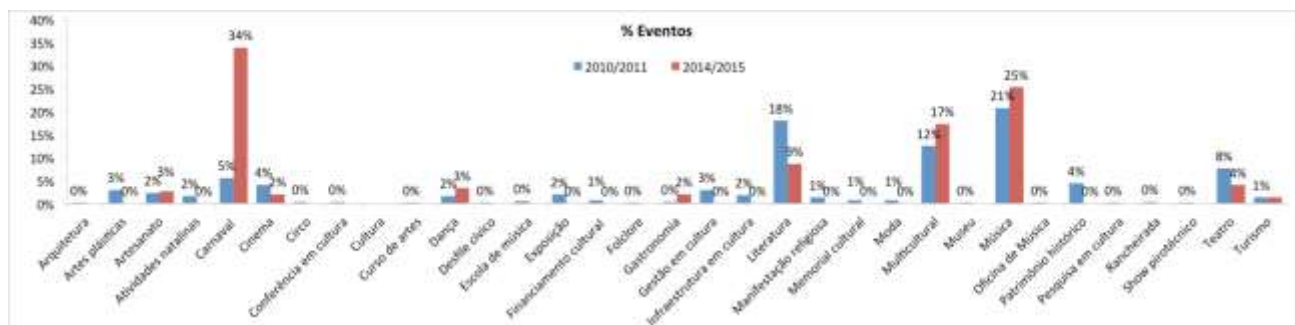
### 3.5-Dados comparativos entre a oferta de eventos culturais apresentada pela gestão municipal de cultura nos dois períodos (2010/11 e 2014/15).

**Gráfico 8: Quantidade de eventos.**



Fonte: Elaborado pelo autor. (PEIXOTO, A. L. A. 2015).

**Gráfico 9: Porcentagem de eventos.**



Fonte: Elaborado pelo autor. (PEIXOTO, A. L. A. 2015).

## Conclusão

Considerando os aspectos que apresentamos em relação ao conceito de Políticas Públicas e o estudo sobre a Gestão em Cultura em Campos dos Goytacazes, concluímos que o município sofre um declínio considerável das atividades culturais embora continue contanto com os benefícios, como por exemplo, dos *royalties* e do FUNCULTURA e não disponibiliza com transparência a utilização de tais orçamentos.

Uma Gestão que antes contava com quatro órgãos gestores, como já citado, as três fundações mais a Secretaria de Cultura, na atualidade conta com apenas a Superintendência Jornalista Oswaldo Lima. O que cabe considerar que o poder de ação centralizou-se e ainda que sejam realizadas Conferências de Cultura para o debate democrático, as ações debatidas não tiveram “eco” na implementação de Políticas Públicas para o Município.

A comparação da oferta de cultura no período de 2010 a 2015 revelou uma queda considerável das atividades relacionadas. E ainda a predominância em shows e eventos musicais como atividade de cultura ofertada.

Considera-se assim, que as políticas culturais podem e devem qualificar as políticas de educação, saúde, habitação, trabalho, entre outros domínios da vida humana, porém não se pode deixar de observar que os debates acerca do desenvolvimento crescem com as discussões sobre a economia da cultura e seu significado estratégico para o desenvolvimento local e regional. Essas conquistas são importantes e passam a legitimar as políticas culturais.

Dessa forma, a cultura não deve ser somente considerada, como política, a partir de seus impactos relativos à geração de empregos ou à redistribuição de renda. É fundamental considerar, nas políticas públicas culturais, o papel da cultura como um fim em si mesmo, ou seja, a cultura é, por si, responsável pela sua própria sustentabilidade. Produzir cultura, compartilhar cultura, fruir cultura são experiências únicas, fundamentais e valiosas, pois representam para o homem o substrato da sua própria existência.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCLINI, Nestor García. *Apud* 1ª Conferência Nacional de Cultura – Eixos Temáticos, p. 3, Ministério da Cultura, Brasília, 2005.

DAGNINO, Evelina. *Políticas culturais, democracia e o projeto neoliberal*. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 15, jan.-abr. 2005. IN FERREIRA, Luzia Aparecida e FERNANDES, Taiane. *Política Pública de Cultura: Gestão ou Decisão?* IN *Percepções: cinco questões sobre políticas culturais*. São Paulo. Itaú Cultural. 2010

PIQUET, Rosélia (Org); “*Petróleo, Royalties e Região*”. Rio de Janeiro, Garamond, 2003

PLANO NACIONAL DE CULTURA. *Diretrizes Gerais*. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

ROCHA, E. S. *Políticas Públicas de Cultura em Campos dos Goytacazes – rio(RJ)*. Dissertação de Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades. UCAM Campos - UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES. Campos dos Goytacazes, RJ. 2011.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas Culturais: entre o possível e o impossível*. IN NUSSBAUMER, Gisele Marchiori. *Teoria e política da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: Edufba, 2007. (p.139-158).

\_\_\_\_\_. *Políticas Culturais do governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamentos*. In: Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, Volume 32, Numero 1, P.183-203, Jan./Jun. 2008.

\_\_\_\_\_. *Políticas Públicas de Cultura no Brasil e na Bahia*. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições e enormes desafios*. Salvador, 2007

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão da literatura*. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45  
Fonte: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>